

Práticas informacionais no Sistema Socioeducativo do estado da Bahia

Informational practices in the socio-educational system of the state of Bahia

Prácticas informacionales en el Sistema Socioeducativo del estado de Bahía

Natalice de Jesus Sales

Universidade Federal da Bahia, Brasil
natalicesales@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-7699-3859>

Ivana Aparecida Borges Lins

Universidade Federal da Bahia, Brasil
ivana.lins@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0422-4135>

Licença:



Como citar este artigo:

SALES, Natalice de Jesus; LINS, Ivana Aparecida Borges. Práticas informacionais no Sistema Socioeducativo do estado da Bahia. **REBECIN**, São Paulo, abr. p. 1-11. 2024. Edição especial. Trabalho apresentado no 5º Encontro Regional Norte-Nordeste de Educação em Ciência da Informação, 2023, [Salvador, BA].

RESUMO

Este estudo pretende realizar uma investigação sobre as iniciativas e práticas de acesso à informação em unidades de atendimento socioeducativo na Bahia, administradas pela Fundação da Criança e do Adolescente, autarquia estadual responsável pela custódia de adolescentes e jovens em cumprimento de sentença judicial pela prática de atos infracionais. Tem por objetivo principal o mapeamento da oferta informacional destinada aos internos enquanto sentenciados e elencar

os critérios de acesso e uso de recursos tecnológicos e de leitura por parte dos educadores das unidades. Para a concretização deste estudo, está sendo realizada uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, tendo como amostra duas unidades de atendimento localizadas na cidade de Salvador; uma voltada para o atendimento de adolescentes e jovens do sexo feminino, e outra, para internos do sexo masculino. A pesquisa tem sinalizado a necessidade de maior investimento governamental em políticas públicas de incentivo à leitura nas unidades socioeducativas, bem como uma melhor equipagem dos espaços de ensino e aprendizagem que utilizam recursos de tecnologias da informação no contexto da socioeducação. A política de atendimento ao adolescente em privação de liberdade prevê que, durante o período de custódia, os internos possam desenvolver competências e habilidades que permitam o seu retorno à sociedade de forma segura e capaz de darem seguimento aos seus projetos de vida. Neste âmbito, a leitura, as práticas pedagógicas e as tecnologias da informação figuram como bases estruturais para a ressocialização e a reinserção desses indivíduos na sociedade.

Palavras-Chave: práticas informacionais no sistema socioeducativo. Sistema Socioeducativo na Bahia. práticas informacionais para jovens privados de liberdade.

ABSTRACT

This study intends to carry out an investigation into the initiatives and practices of access to information in socio-educational care units in Bahia, administered by the Fundação da Criança e do Adolescente, a state agency responsible for the custody of adolescents and young people in compliance with a court sentence for committing acts infractions. Its main objective is to map the information available to inmates while they are sentenced and to list the criteria for access and use of technological and reading resources by educators in the units. To carry out this study, descriptive research of a qualitative and quantitative nature is being carried out, taking as a sample two service units located in the city of Salvador; one aimed at serving adolescents and young females, and the other for male inmates. Research has highlighted the need for greater government investment in public policies to encourage reading in socio-educational units, as well as better equipment for teaching and learning spaces that use information technology resources in the context of socio-education. The policy for assisting adolescents

deprived of liberty provides that, during the period of custody, inmates can develop skills and abilities that allow them to return to society in a safe way and able to continue their life projects. In this context, reading, pedagogical practices and information technologies appear as structural bases for the resocialization and reinsertion of these individuals into society.

Keywords: information practices in the socio-educational system. Socio-educational system in Bahía. Informative practices for young people deprived of liberty.

RESUMEN

Este estudio pretende realizar una investigación sobre las iniciativas y prácticas de acceso a la información en las unidades de atención socioeducativa de Bahía, administradas por la Fundação da Criança e do Adolescente, organismo estatal responsable por la tutela de adolescentes y jóvenes en cumplimiento con sentencia judicial por la comisión de actos infractores. Su principal objetivo es mapear la información de la que disponen los internos mientras cumplen condena y enumerar los criterios de acceso y uso de recursos tecnológicos y de lectura por parte de los educadores de las unidades. Para realizar este estudio se está realizando una investigación descriptiva de carácter cualitativo y cuantitativo, tomando como muestra dos unidades de servicios ubicadas en la ciudad de Salvador; uno destinado a atender a adolescentes y jóvenes, y otro a internos varones. Las investigaciones han destacado la necesidad de una mayor inversión gubernamental en políticas públicas para fomentar la lectura en las unidades socioeducativas, así como un mejor equipamiento de los espacios de enseñanza y aprendizaje que utilicen recursos de tecnologías de la información en el contexto socioeducativo. La política de atención a adolescentes privados de libertad establece que, durante el período de detención, los internos puedan desarrollar capacidades y destrezas que les permitan reincorporarse a la sociedad de manera segura y en condiciones de continuar con sus proyectos de vida. En este contexto, la lectura, las prácticas pedagógicas y las tecnologías de la información aparecen como bases estructurales para la resocialización y reinsertión de estos individuos a la sociedad.

Palabras clave: prácticas informativas en el sistema socioeducativo. Sistema socioeducativo en Bahía. prácticas informativas para jóvenes privados de libertad.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende mapear as principais práticas e iniciativas informacionais desenvolvidas em unidades socioeducativas, estruturas do estado que custodiam adolescentes e jovens durante o cumprimento de sentença judicial pela prática de atos infracionais, atendendo a um público de faixa etária compreendida entre os 12 e os 21 anos incompletos.

Tal estudo vem sendo desenvolvido a partir de diálogos iniciais com a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, autarquia vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia, responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade de adolescentes em conflito com a lei no estado. Sob a responsabilidade da Fundac, encontram-se nas unidades atualmente um total de 151 adolescentes, sendo 143 do sexo masculino e 8 do sexo feminino, conforme tabela.

Tabela 1 – Controle de vagas nas unidades



CONTROLE DE VAGAS NAS UNIDADES DATA: 20/07/2023 (Quinta-feira)

UNIDADE	TIPO DE MEDIDA	CAPACIDADE REAL	QUANTITATIVO ATUAL	CAPACIDADE REAL TOTAL	QUANTITATIVO ATUAL TOTAL	% DE OCUPAÇÃO		% TOTAL DE OCUPAÇÃO
						IP	MSEI	
11								
CASE SALVADOR	IP MASCULINO	40	13	130	36	33%	26%	28%
	MSEI MASCULINO	90	23					
CASE FEMININA	IP FEMININA	08	02	38	08	25%	20%	21%
	MSEI FEMININA	30	06					
CASE CIA	MSEI MASCULINO	90	07	90	07	00%	08%	08%
CASE ZILDA ARNS	IP MASCULINO	14	07	70	28	50%	38%	40%
	MSEI MASCULINO	56	21					
CASE JUIZ MELLO MATOS	MSEI MASCULINO	56	12	56	12	00%	21%	21%
CASE IRMÃ DULCE	MSEI MASCULINO	72	25	72	25	00%	35%	35%
CASE PROF. WANDERLINO NOGUEIRA NETO	IP MASCULINO	30	05	90	35	17%	50%	39%
	MSEI MASCULINO	60	30					
				546	151			

Fonte: FUNDAC; SIPIA; SINASE, (2023)

O interesse pelo tema se justifica pela baixa ocorrência de produções acadêmicas que versem sobre a temática: adolescência x acesso à informação x leitura x privação de liberdade juvenil. Nesse contexto, fez-se necessário um maior entendimento sobre as práticas de informação adotadas no sistema socioeducativo da Bahia e os impactos do acesso/restrição ao uso das tecnologias de informação e comunicação sobre o cotidiano dos adolescentes e jovens que se encontram nas unidades.

Apesar do grande apelo na atualidade para uma maior atenção às questões relativas à infância, adolescência e juventude, percebemos que, para a sociedade midiaticizada, o adolescente infrator figura historicamente no campo da marginalização ou invisibilidade social. Este público, em sua grande maioria, se encontra em situação de vulnerabilidade econômica e são quase sempre oriundos de contextos extremos de exclusão e violência, que operam como catalisadores para o universo da infração de leis.

Na atualidade, revela-se bastante relevante a abordagem de temas que envolvem essa camada da população, para que seja possível uma maior reflexão e discussão sobre como o adolescente e jovem em conflito com a lei é representado socialmente. Para tanto, convém destacar a contribuição de Moscovici (2015), em sua teoria das representações sociais, quando afirma que os sujeitos sociais passam a “existir” através de sua representação, uma vez que as representações que fabricamos – de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou provoca um sentimento de não familiaridade.

Um dos grandes debates do sistema de garantia de direitos da

criança e do adolescente trata da necessidade de adolescentes e jovens de todos os estratos sociais estarem inseridos no que hoje chamamos de Sociedade da Informação e Tecnológica, e que, aqueles que se encontram em situação de restrição de liberdade ainda carecem de instrumentos eficientes de aprendizagem para que possam fazer uso das tecnologias de informação de modo inteligente e seguro.

Diante de tais observações, foi desenvolvido o seguinte problema de pesquisa: Quais os recursos e práticas informacionais disponibilizados nas unidades de atendimento socioeducativo no estado da Bahia?

Essa problematização sinaliza ser necessária uma análise sobre quais os critérios adotados para a oferta de títulos impressos e conteúdos digitais de informação para os adolescentes e jovens em cumprimento de sentença.

Oportunamente há de se destacar que, nas unidades de atendimento socioeducativo, a maior parte do trabalho de seleção e curadoria informacional não é efetivamente realizado por profissionais da área de biblioteconomia e da ciência da informação, mas sim por educadores (professores, pedagogos, psicólogos, educadores artísticos) e outros profissionais de áreas diversas (segurança, esportes), que atuam em distintas frentes para a formação dos internos.

Um dos maiores desafios desse estudo é ponderar sobre o quanto a informação qualificada e bem orientada pode proporcionar instrumentos legais e seguros de acesso ao conhecimento aos adolescentes em privação de liberdade, de modo que possam retornar à sociedade após o cumprimento de sentença com o aprimoramento de suas competências de informação e com o mínimo de perda informacional proporcionada pela ausência de contato direto e diário

com o mundo externo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Por conta da pouca ocorrência de pesquisas sobre o tema investigado, o trabalho ampara-se nas contribuições de autores em estudos na área da privação de liberdade, representações sociais, infância e adolescência e tecnologias da informação, que colaboram com a construção teórica e a observação analítica sobre uma questão tão sensível.

A restrição de liberdade em unidades correcionais presume a perda do contato direto com o mundo externo e suas possibilidades, bem como prevê a busca por instrumentos educacionais que possam reproduzir uma simulação de sociedade intramuros. Segundo Erwig Goffman, as prisões, manicômios e conventos são consideradas “Instituições Totais”, título da sua obra publicada em 1974, que trata do tema. Goffman define as instituições totais como locais cuja razão de ser está no fato de ser possível controlar as necessidades humanas e onde os indivíduos realizam suas atividades diárias em grupos e seguem regras impostas pelas mesmas à risca, para que os objetivos sejam alcançados. Tais objetivos são alcançados por meio de um olhar de vigilância.

Neste âmbito, o processo de socioeducação esbarra no paradigma de garantir aos adolescentes e jovens instrumentos informacionais eficientes e que contribuam para a socioeducação dos mesmos, ao passo que deve restringir o contato com conteúdos informacionais do mundo exterior que possam vir a descontinuar ou prejudicar o processo de ressocialização dos internos, a exemplo de notícias jornalísticas

sobre violências cometidas por adolescentes e jovens.

Na obra *Representação Social de Adolescentes em Conflito com a Lei na Mídia*, Araújo (2019), afirma que pode-se supor então, que as notícias jornalísticas sobre adolescentes autores de atos infracionais podem contribuir também para a elaboração de novos elementos de representação social sobre o adolescente em conflito com a lei, como para reforçar significados e práticas já existentes no nosso meio.

Neste espectro, destaca-se a relevância de analisar as práticas informacionais dos sujeitos e seus movimentos, em diálogo com as representações sociais dos indivíduos. No campo da Ciência da Informação, o estudo é amparado pela contribuição de Marteleto (1995), que conceitua as práticas informacionais como mecanismos mediante os quais significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização. (MARTELETO, 1995).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso que, para atender aos objetivos, se configura como uma pesquisa descritiva, que, segundo Sellitz *et al.* (1965), busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

A natureza da pesquisa se configura em quali-quantitativa, conforme Creswell (2007), pois ao mapear as principais práticas e iniciativas informacionais desenvolvidas em unidades socioeducativas, os dados alcançados serão quantificados e, em seguida serão

estabelecidas as categorias de análise.

Cabe ressaltar que Creswell (2007) valida essa abordagem mista, sendo o meio pelo qual o pesquisador realiza uma metodologia de investigação que combina ou associa as duas formas. É mais do que uma simples coleta e análise dos dados, envolve um levantamento simultâneo ou sequencial para melhor entender os problemas da pesquisa.

Para o estudo, foram selecionadas duas unidades de atendimento da FUNDAC, uma destinada a adolescentes e jovens do sexo feminino e outra que atende ao público masculino, ambas localizadas na capital. Essa amostra somada, representa um percentual de aproximadamente 30% dos adolescentes sentenciados à internação em todo o estado.

Para melhor validação de resultados, foi pactuado com a FUNDAC a aplicação de questionário e entrevista com a gestão socioeducativa das unidades (um questionário e uma entrevista com gestor por unidade). Não serão aplicados questionários nem entrevistas com os internos por conta da possibilidade da extinção de sentença e consequente descontinuidade na avaliação dos achados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise de dados de ocupação das unidades, do perfil dos adolescentes atendidos e das rotinas dos educandos, será possível estabelecer um panorama das práticas socioeducacionais que envolvem leitura/uso de tecnologias da informação, e consequentemente, dos recursos informacionais disponibilizados aos adolescentes nas unidades de internação.

Um outro dado relevante é que atualmente as unidades de socioeducativas da Bahia não sofrem com a questão da superlotação

característica da maioria das unidades prisionais destinadas aos adultos. Tal dado permitirá uma análise mais apropriada sobre o contexto das práticas informacionais, acesso e rotinas dos educandos durante o estudo, uma vez que, as condições do serviço prestado sinalizam um cenário de normalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem sido elaborado com o desejo particular de lançar luz sobre a inserção do adolescente e jovem infrator na sociedade da informação. A cada momento da coleta e análise de dados da pesquisa, é possível atestar a necessidade do aprimoramento dos mecanismos de acesso à informação por meios físicos e digitais, em diálogo com as práticas de incentivo à leitura em unidades correcionais destinadas a esses adolescentes.

O livro impresso ainda é o recurso mais utilizado para a educação dos indivíduos em privação de liberdade, ao passo que as tecnologias de informação e comunicação se revelam poderosas ferramentas para a educação e formação profissional de modo remoto.

Cabe ao poder público instrumentalizar eficientemente o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, de modo que, as crianças tenham acesso a melhores recursos de educação e informação, para que possam se distanciar do universo infracional e não venham se tornar adolescentes e jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa. E que se, por ocasião, adentrem o sistema socioeducativo, possam encontrar suporte educacional, informacional e tecnológico que lhes permita retornar à sociedade em condição melhor do que ingressaram.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. B. **Representação social de adolescentes em conflito com a lei na mídia**. Salvador: UFBA, 2019.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative & quantitative approaches**. California: SAGE Publications, 2009.

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA; SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. **Controle de Vagas**, Salvador: FUNDAC, 2023.

SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n.1, jan./abr. 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 25 jul.2023.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.